

## Perfil bibliométrico da Revista *Ius Commune*

**Aline Vieira Malanovicz\***

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*

### Resumo

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar o perfil e as características da produção científica publicada na revista *Ius Commune*, do Instituto Max Planck, que viveu entre 1967 e 2001. Utilizaram-se as técnicas bibliométricas, predominando, assim, a abordagem quantitativa. O universo de pesquisa consistiu em todos os artigos publicados em todas as edições dessa revista. Os indicadores bibliométricos mensurados foram um total de 28 edições, 285 artigos, 163 autores, 26 autoras mulheres, 22 nacionalidades, nove idiomas. O autor que mais publicou na revista foi Johannes-Michael Scholz, com 19 artigos. A nacionalidade com maior número de autores na revista é alemã. Os resultados mostram um panorama dos temas abordados e dos autores, nacionalidades e idiomas que contribuíram para a revista *Ius Commune*. Conclui-se, a partir de uma discussão sobre os resultados desta pesquisa, a importância da revista *Ius Commune* para a difusão, disseminação e socialização da produção científica sobre os temas do Direito e para a formação de um arcabouço conceitual jurídico para a unificação europeia.

**Palavras-chave:** bibliometria; Revista *Ius Commune*; história do direito.

### Perfil bibliométrico de la revista *Ius Commune*

#### Resumen

El objetivo de esta investigación fue investigar el perfil y las características de la producción científica publicada en la revista *Ius Commune* del Instituto Max Planck entre 1967 y 2001. Se utilizaron técnicas bibliométricas, con un enfoque predominantemente cuantitativo. El universo de la investigación estuvo constituido por todos los artículos publicados en todas las ediciones de esta revista. Los indicadores bibliométricos medidos fueron un total de 28 números, 285 artículos, 163 autores, 26 autoras, 22 nacionalidades y nueve lenguas. El autor que más publicó en la revista fue Johannes-Michael Scholz, con 19 artículos. La nacionalidad con mayor número de autores en la revista es la alemana. Los resultados muestran una visión general de los temas tratados y de los autores, nacionalidades e idiomas que han contribuido a la revista *Ius Commune*. La discusión de los resultados de esta investigación concluye que la revista *Ius Commune* es importante para la difusión, divulgación y socialización de la producción científica sobre temas jurídicos y para la formación de un marco conceptual jurídico para la unificación europea.

**Palabras clave:** bibliometría; revista *Ius Commune*; historia del derecho.

---

\* Doutora em Administração na Área de Sistemas de Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharela em Direito. Advogada. Especialista em Engenharia de Software. Bacharel, Mestra e Docente (2004-2005) em Ciência da Computação. Técnica em Gestão. Desenvolvedora e Analista de Sistemas. Técnica em Eletrônica. Mensan. Autora do livro *Entendimento compartilhado entre usuários e desenvolvedores*. E-mail: [malanovicz@gmail.com](mailto:malanovicz@gmail.com). <http://lattes.cnpq.br/6226940432082596>.

 <https://orcid.org/0000-0002-6668-7365>

Recebido em 06 de setembro e aprovado para publicação em 19 de dezembro de 2023.



## Bibliometric profile of the journal *Ius Commune*

### Abstract

The aim of this research was to investigate the profile and characteristics of the scientific output published in the Max Planck Institute's journal *Ius Commune* between 1967 and 2001. Bibliometric techniques were used, with a predominantly quantitative approach. The research universe consisted of all the articles published in all the editions of this journal. The bibliometric indicators measured were a total of 28 editions, 285 articles, 163 authors, 26 female authors, 22 nationalities and nine languages. The author who published the most in the journal was Johannes-Michael Scholz, with 19 articles. The nationality with the highest number of authors in the journal is German. The results show an overview of the topics covered and the authors, nationalities and languages that have contributed to the journal *Ius Commune*. A discussion of the results of this research concludes the importance of the journal *Ius Commune* for the diffusion, dissemination and socialization of scientific production on legal topics and for the formation of a legal conceptual framework for European unification.

**Keywords:** bibliometrics; Journal *Ius Commune*; history of law.

## Profil bibliométrique de la revue *Ius Commune*

### Résumé

L'objectif de cette recherche était d'étudier le profil et les caractéristiques de la production scientifique publiée dans la revue *Ius Commune* de l'Institut Max Planck entre 1967 et 2001. Des techniques bibliométriques ont été utilisées, avec une approche essentiellement quantitative. L'univers de recherche est constitué de tous les articles publiés dans toutes les éditions de cette revue. Les indicateurs bibliométriques mesurés sont un total de 28 numéros, 285 articles, 163 auteurs, 26 femmes auteurs, 22 nationalités et neuf langues. L'auteur qui a le plus publié dans la revue est Johannes-Michael Scholz, avec 19 articles. La nationalité qui compte le plus grand nombre d'auteurs dans la revue est l'allemand. Les résultats donnent un aperçu des sujets traités et des auteurs, nationalités et langues qui ont contribué à la revue *Ius Commune*. Une discussion des résultats de cette recherche conclut que la revue *Ius Commune* est importante pour la diffusion, la dissémination et la socialisation de la production scientifique sur des sujets juridiques et pour la formation d'un cadre conceptuel juridique pour l'unification européenne.

**Mots-clés :** bibliometrie ; revue *Ius Commune* ; histoire du droit.

## 对德国《普通法学》杂志的文献计量研究

### 摘要

本文调查德国马克斯·普朗克研究所在 1967 年至 2001 年间出版的《普通法学》(*Ius Commune*)杂志上发表的学术论文的概况。作者运用文献学计量技术,以量性研究为主要方法,研究该期刊所有的版本发表的所有文章。计量统计涉及该杂志的 28 个版本、285 篇文章、163 位男性作者、26 位女性作者、22 个国籍、9 种语言。结果表明,在该杂志上发表文章最多的作者是 Johannes-Michael Scholz,共发表了 19 篇文章;该杂志的大多数作者的国籍是德国。本文研究了《普通法学》杂志所涵盖的议题及作者、国籍和语言的基本概况,作者得出的结论是,《普通法学》杂志对于传播、扩散和社会化法学研究成果,对于欧洲统一的法律框架的形成,具有重大贡献。

**关键词:** 文献计量学; 《普通法》杂志 (*Ius Commune*); 法律史

## Bibliometrisches Profil der Zeitschrift *Ius Commune*

### Zusammenfassung

Ziel dieser Untersuchung war es, das Profil und die Merkmale des wissenschaftlichen Outputs, der in der Zeitschrift *Ius Commune* des Max-Planck-Instituts zwischen 1967 und 2001 veröffentlicht wurde, zu ermitteln. Es wurden bibliometrische Techniken mit einem vorwiegend quantitativen Ansatz verwendet. Das Forschungsuniversum bestand aus allen Artikeln, die in allen Ausgaben dieser Zeitschrift veröffentlicht wurden. Die gemessenen bibliometrischen Indikatoren waren insgesamt 28 Ausgaben, 285 Artikel, 163 Autoren, 26 Autorinnen, 22 Nationalitäten und neun Sprachen. Der Autor, der die meisten Artikel in der Zeitschrift

veröffentlichte, war Johannes-Michael Scholz mit 19 Artikeln. Die Nationalität mit der höchsten Anzahl von Autoren in der Zeitschrift ist Deutsch. Die Ergebnisse geben einen Überblick über die behandelten Themen sowie über die Autoren, Nationalitäten und Sprachen, die Beiträge für die Zeitschrift *Ius Commune* verfasst haben. Eine Diskussion der Ergebnisse dieser Untersuchung kommt zu dem Schluss, dass die Zeitschrift *Ius Commune* für die Verbreitung und Sozialisierung der wissenschaftlichen Produktion zu rechtlichen Themen und für die Bildung eines rechtlichen konzeptionellen Rahmens für die europäische Einigung wichtig ist.

**Schlüsselwörter:** Bibliometrie; Zeitschrift *Ius Commune*; Rechtsgeschichte.

## Introdução

O tópico de pesquisa abordado neste artigo refere-se à formação histórica e filosófica do conhecimento jurídico, seus processos históricos de formação e seus fundamentos filosóficos, especificamente o conhecimento jurídico desenvolvido e debatido por meio de artigos em periódicos (revistas) da área jurídica. O objeto de pesquisa é a histórica revista *Ius Commune*, por sua relevância como fonte de debates sobre os fundamentos jurídicos para a conformação e para os processos de regulação e organização institucional da Comunidade ou União Europeia.

No âmbito do estudo da experiência jurídica a partir das instituições do Estado, suas funções, deveres de proteção e implicações para os processos de regulação, esta proposta de pesquisa busca alcançar alguma compreensão sobre a dinâmica de interpretação e aplicação do sistema normativo, o funcionamento e o alcance social das instituições relacionadas à Comunidade ou União Europeia. A investigação procura considerar os processos históricos de formação, fundamentos filosóficos, limites de atuação e deveres de promoção do Estado, organização institucional, material e processual e impacto jurídico para a realização de direitos fundamentais e a conformação da Comunidade ou União Europeia.

A importância de se conhecerem as revistas científicas, para fins do progresso de todas as áreas do saber, tem relação com sua relação com função de fontes do desenvolvimento do conhecimento científico. Também na ciência jurídica, as revistas têm relação com o tempo e com a cultura jurídica no ambiente científico em formação. Os periódicos, há tempo, oferecem “um terreno natural para o ensaio e a experimentação [...] são agora a ágora onde ressoa o verbo dos novos tribunais” (Pacheco, 1836). Atuam como instrumentos rápidos para a produção, a divulgação, a atualização e a circulação do conhecimento. Permitem o fomento dos debates científicos atuais, pela rápida resposta ou contraponto a uma proposição teórica na edição seguinte. Desse modo, contribuem para o progresso da própria “substância” jurídica através da história (Petit, 2020).

Os periódicos têm expressiva importância para a história do Direito, especialmente em épocas de mudanças nos ordenamentos jurídicos, pois são instrumentos dessa transição. Revistas que se atrelaram ao processo de organização de academias e institutos, periódicos

institucionais, podem ser utilizados por eles como espaço para formação de um discurso jurídico comum. Nesse sentido, esta pesquisa teve como foco a revista *Ius Commune*, por sua importância, na História do Direito. A *Ius Commune* foi um repositório conceituado na Europa por conta da atuação institucional do Max Planck Institute na fundamentação científico-jurídica da unificação do Direito na União Europeia. Sua presença e posição no ambiente acadêmico e doutrinário geraram repercussões relevantes para a prática.

Iniciada em 1967 pelo então diretor do MPIeR, Helmut Coing, como um periódico anual do Instituto Max Planck, "*Ius Commune. Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Europäische Rechtsgeschichte*" tornou-se um periódico de História do Direito de renome internacional ao longo dos mais de 30 anos de sua existência. (MPI, 2021, "*Ius Commune (1967-2001)*", tradução nossa).

Ainda que se mostrem plenamente exequíveis, não foram encontradas pesquisas que tivessem como foco o mapeamento do perfil de trabalhos publicados na revista *Ius Commune*, o que se entende que representa uma lacuna. As técnicas de pesquisa bibliométrica têm esse propósito, de identificar, mapear e delinear padrões que transcendem o conteúdo próprio de artigos isolados, oferecendo uma macrovisão da produção científica, seja de periódicos, períodos, ou campos do conhecimento (Özen, 2018; Colavizza, 2018).

Estudos de natureza bibliométrica, embora existam para o campo do Direito (Pölönen; Hammarfelt, 2020; Gomes; Oddone, 2020), são pouco ou raramente utilizados para essa área do conhecimento (Moura; Silva, 2015). Também por essa razão, de haver uma lacuna na produção científica da área, justifica-se esta investigação.

O problema de pesquisa pode ser posto na forma das seguintes questões: "É possível mapear um perfil bibliométrico da revista *Ius Commune*?" e "Quais as contribuições que o mapeamento do perfil bibliométrico da revista *Ius Commune* pode oferecer para a compreensão da circulação do conhecimento jurídico, em especial sobre os processos históricos de formação e funcionamento jurídico da Comunidade ou União Europeia?"

Para tais questões, pode-se trabalhar com categorias emergentes. Por exemplo: a variedade de pesquisadores e instituições que contribuíram com suas ideias para o debate sobre o tema; a variedade de institutos jurídicos propostos e debatidos em suas páginas; os aportes dos sistemas jurídicos de diferentes nacionalidades europeias trazidos ao debate; as relações de coautoria (que podem refletir o compartilhamento de conhecimentos) entre pesquisadores que propõem diferentes organizações institucionais.

Este artigo está organizado em sete seções. Além desta Introdução, a seção 2 apresenta brevemente alguns trabalhos sobre periodismo jurídico, e comenta sobre a importância do estudo dos periódicos jurídicos para a História do Direito. A seção 3 apresenta

detalhadamente o método de pesquisa, e a seção 4, os resultados do trabalho. Uma discussão desses resultados é abordada na seção 5, e a seção 6 tece as conclusões da pesquisa.

## Periódicos

Um brevíssimo resgate histórico sobre o tema dos periódicos jurídicos mostra que houve uma mudança na compreensão epistemológica da ciência jurídica. Inicialmente havia publicações apenas de compilações monográficas de leis e jurisprudência e obras elementares, com suas “perspectivas dogmáticas monolíticas”.

No fim do século XVIII, passaram a existir publicações em periódicos científicos, “procurando fundamentar sínteses futuras que podem redesenhar novos entendimentos do Direito”, para “disseminar novas ideias e conquistar adeptos ao novo pensamento”, e mais recentemente, em meados do século XX, “submetendo o conjunto de conceitos e categorias dogmáticas ao crivo de critérios de legitimidade e eficácia social” (Gomes; Oddone, 2020, p. 75). O estudo dos periódicos denomina-se periodismo. Na área jurídica, pode ser ilustrado por algumas obras que abordaram essa temática, dadas no

**Quadro 1.** Revisão de literatura sobre Periodismo Jurídico.

<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano</b>
<i>El periodismo forense como fuente de conocimiento de la historia jurídica</i>	Laplaza	1951
<i>Quaderni Fiorentini v.XVI: Riviste giuridiche italiane (1865-1945)</i>	(20 autores)	1987
<i>Revistas jurídicas en España: una cuestión de estilo</i>	Serrano	1997
<i>La revista jurídica en la cultura contemporánea</i>	Grossi	1997
O periodismo jurídico português do século XIX	Chorão	2002
Fundação Boletim Faculdade de Direito: Periodismo Jurídico Coimbra	Marcos	2002
O periodismo jurídico oitocentista na órbita das academias brasileiras	Formiga	2007
<i>Form and content in early modern legal books</i>	Hespanha	2008
O periodismo jurídico brasileiro no século XIX	Ramos	2010
Revistas jurídicas em Portugal e estrangeiro: das origens à actualidade	Martinho	2014
Produção Doutrinária Direito do Consumidor: estudo bibliométrico RDC	Moura, Silva	2015
Categorias: história dos conceitos, das ideias, dos dogmas jurídicos	Hespanha	2018
<i>Derecho por entregas: prensa y revistas en la España liberal</i>	Petit	2020
<i>Prensa jurídica española: avance de un repertorio (1834-1936)</i>	Liendo Tagle	2020
Literatura normativa pragmática produção de conhecimento normativo	Duve	2020
<i>Forma y sustancia del texto jurídico (Forma e substância texto jurídico)</i>	Petit	2021

**Fonte:** Pesquisa bibliográfica.

Essas obras enfocam os periódicos como fontes para a História do Direito, e adotam diversas abordagens. Por exemplo: tratam de diversos aspectos da história do Direito a partir de revistas, com foco na delimitação do seu caráter enquanto fontes; fazem um catálogo dos periódicos da época; questionam a forma e a substância do seu texto;

identificam padrões de elementos externos aos textos dos artigos de revistas, avaliando a importância de serem fontes para a História do Direito (Petit, 2020, p. 284):

El paso del estado de ideas aisladas a los completos y buenos libros, se verifica sucesivamente y es, por tanto, muy lento las más de las veces. Si una revista aspira a facilitar y promover dicho proceso, puede producir muy útiles resultados [...].

Y entonces, la potencia de la revista como espacio ideal de encuentro y discusión sirvió para organizar – por decirlo a la Savigny – a “todos los sabios en comunidad”. Así, [...] la revista pudo servir [...] como banco de pruebas de hipótesis y teorías que solo tras un serio debate merecerían la pena de precipitar como publicación autónoma.

Considerando a importância das revistas para o desenvolvimento da ciência jurídica, outras das obras citadas trataram detidamente do próprio periodismo, em diferentes países e momentos históricos (nos exemplos, Espanha, Itália, Portugal e Brasil). E há também ao menos uma pesquisa bibliométrica (Moura; Silva, 2015), como o presente trabalho se propôs a ser.

Segundo o senso comum, um livro é apenas uma forma de transmitir conteúdos comunicativos (nomeadamente, ideias): sozinhos, os livros não podem mudar ou adicionar algo ao que os autores pensam sobre o que eles querem se comunicar com os leitores. A maioria a história recente dos livros produziu uma linguagem copernicana mudar em uma visão tão simplista sobre a natureza da esses companheiros (in)fiéis de escritores e leitores. Livros – como objetos, como dispositivos materiais, com suas características específicas – importam em questões intelectuais amadurecimento e diálogo. Sua materialidade – como layout de página, dispositivos tipográficos, gráficos, formato, mesmo vinculativo – transmite sentido. O artigo tenta relacionar mudanças intelectuais no início da era moderna teoria jurídica para mudanças concretas no físico formato de livros de direito. O artigo procura chamar a atenção questionar a posição central que o direito tradicional a história geralmente dá a um «autor» individual – fazendo mais uma vez a pergunta perturbadora feita por Michel Foucault: “O que é um autor?” – e desafios o conceito de uma evolução meramente intelectual de novas figuras do discurso jurídico (Hespanha, 2008).

De uma parte temos o livro, depósito do saber, fruto da instrução e ainda de excelente conteúdo, porém a um passo do esquecimento; de outra parte, a palavra, forma imprescindível da substância posta por escrito, injeção de poder no saber livresco e, com isso, única garantia de longa vida. De modo que a palavra é poder e goza de duração; o escrito, coisificado inclusive como livro, sem a palavra se mostra volátil e impotente (Petit, 2020).

As linhas que se seguem têm a modesta finalidade de chamar a atenção dos pesquisadores interessados em história do direito quanto a algumas questões prévias ao aproveitamento das fontes. Sendo estas, geralmente, documentos escritos e, com frequência, impressos. É grande a tentação a lançar-se à sua leitura e a utilizar no trabalho

as muitas notícias que contêm. Todavia, os textos se apresentam sob múltiplas formas e maneiras, e deter-se por um momento quanto a considerar as suas características externas talvez ajude a melhorar sua leitura. Entendendo, também, que as circunstâncias puramente formais oferecem um argumento idôneo que merece pesquisa (Petit, 2020).

O projeto de uma história de categorias, como linha metodológica específica, tem que lutar em três frentes. Por um lado, tem que lutar na frente da “história social”, contra aqueles que pensam - certamente vacinados pela história tradicional das ideias - que, como a história é feita de atos humanos e não de palavras, é aí, nesse plano de atos e comportamentos, que essa historiografia tem que assentar arraiais. A eventual lógica dos discursos estaria sujeita às restrições existentes na história das lutas sociais. Que, mesmo que haja um senso de discurso autônomo, ele tem que ser socialmente adequado, perdendo sua própria lógica e obedecendo à lógica dos “interesses” dos grupos de apropriação. Ou que os discursos são meras representações de práticas, dotados de uma eficácia social mais fraca do que os comportamentos não linguísticos.

Por outro lado, a história das categorias tem que lutar contra uma história de ideias consideradas como a biografia intelectual dos autores. Finalmente, a história das categorias tem que lutar com a história dos conceitos, entendida como uma celebração de entidades intelectuais trans-históricas. Feita de grandes narrativas historiográficas sobre evolução histórica (não apenas materialismo histórico, mas também coisas como “modernização”, “construção do Estado”, “institucional ou racionalidade”, nosso catálogo de direitos humanos), mas também de outras ferramentas de interpretação histórica universais e intemporais: conceitos eternos, modelos intemporais de cálculo pragmático e de motivações para agir, escalas de valores e estilos de vida. Como aqueles com que lida o narrativismo ingênuo (Hespanha, 2008).

Este capítulo introdutório tem por objetivo mostrar o papel da “literatura normativa pragmática” no regime histórico de produção de conhecimento nos impérios ibéricos do início da Idade Moderna (séculos XVI-XVII) e definir esse gênero literário em vista de sua função. Ele começa com uma tentativa de apresentar a história do direito dos impérios ibéricos como parte de uma tradição jurídica que pode ser compreendida como um enorme processo diacrônico de intertextualidade, uma longa história de atos reiterativos de tradução de informação normativa em conhecimento normativo. Ele destaca a razão pela qual o conhecimento normativo produzido por atores religiosos foi de grande significância dentro da economia do conhecimento dos impérios ibéricos nos séculos XVI e XVII e como teologia prática, práticas normativas e literatura pragmática estavam entrelaçadas. Dessa reconstrução de certas características fundamentais, é possível sugerir a definição de “literatura normativa

pragmática”, resumir o atual estado das pesquisas sobre as formas de comunicação que compuseram o gênero e concluir com alguns comentários sobre por que razão a literatura pragmática pode ter sido de especial significado para governar um império (Duve, 2020).

A História do Direito quer saber como funcionava um ordenamento jurídico do passado (Stolleis, 2020, p. 17). Frente à história social orientada às macroestruturas, apresentou-se logo a micro-história, a história da vida cotidiana e da cultura, buscando-se documentos pessoais, inclinando-se com lente de aumento sobre pequenas unidades sociais, tentando-se iluminar estruturas familiares, aventurando-se, inclusive, na visão em forma de história psicológica sobre motivações e pseudomotivações, sacando-se a luz do dia do reprimido, dedicando-se às complexas influências recíprocas entre linguagem e imagem (Stolleis, 2020, p. 34).

Essa ligação com o presente também vale, como dito, para as nossas hipóteses condutoras de pesquisa. Por que fazemos esta ou aquela pergunta no passado e por que questionamos de uma forma determinada? A resposta tautológica diz: porque esta ou aquela nos interessa na nossa atual situação. Em outras palavras: nossas hipóteses de pesquisa estão repletas do presente, cheias de subjetividade e de curiosidade - e por que não? Não é metodologicamente ilegítimo partir de um problema moderno para, de logo, em crescente distância a respeito da chama inicial acendida por um “motivo” determinado, deixar-se levar por um questionamento propriamente histórico (Stolleis, 2020, p. 46).

Acima de tudo, constitui um desafio constante para a exposição à vinculação de todo o contexto cultural com a concreta norma jurídica ou com a sua aplicação. Quando se trata de compreender por que uma sociedade do passado estabelece e impõe determinadas proibições de matrimônio, por que certos negócios jurídicos realizados livremente por mulher casada se consideram eficazes e outros como ineficazes, precisa-se de conhecimentos precisos e completos sobre os modos de vida e a repartição de papéis nas sociedades da época (Stolleis, 2020, p. 69).

O artigo discute a História do Direito Comparada a partir de um ponto de vista metodológico, buscando definir a comparação partindo da historiografia e demonstrando como a disciplina da história do direito emergiu no século XIX para validar a ideia de uma ciência legal nacional. Ademais, o artigo apresenta a ideia tradicional de comparação como um meio para construir novas identidades. Finalmente, introduz um novo método de História do Direito Comparada, reivindicando que o objeto de pesquisa sempre pode ser situado em uma perspectiva mais ampla que a nacional. Isso prova que a comparação pode ser entendida como um instrumento inato do historiador do direito (Pihlajamäki, 2015).

Este artigo se apresenta como introdução a um conjunto de artigos fruto de conferências realizadas em Rennes, na França, onde se reuniram dez alunos de doutorado com Luisa Brunori, Jacques Bouineau e Sylvain Soleil. O autor indica dois desafios metodológicos em história comparada do direito: as carências metodológicas e a inibição comparativa. O caminho sugerido para superar os desafios é indicar, interrogar, bem como explicar e justificar a metodologia adotada; e, em outro plano, metamorfosear, transformar os problemas de comparabilidade e outros relacionados à comparação em benefícios para a pesquisa. Essa abordagem, denominada indutiva, enfatiza a prudência com que o autor deve escolher e fazer falar suas fontes, pensar a terminologia utilizada, conhecer e compreender o ambiente nos quais os direitos que se compara foram elaborados e possivelmente relacionados e, enfim, meditar sobre o significado e o interesse de sua comparação (Soleil, 2021).

Inúmeros autores europeus e norte-americanos, fossem juristas ou não, compararam os direitos bem antes da formalização de uma disciplina jurídica específica, na virada do séc. XIX ao séc. XX. Este artigo examina um conjunto de obras e artigos do séc. XIX buscando identificar as motivações e seus autores e determinar a diversidade e complementaridade das abordagens. Trata-se de criticar, promover e reformar; oferecer os dados, expor as legislações, classificar; indicar linhas diretas para reger e julgar; relatar a diversidade de abordagens entre os sistemas jurídicos; auxiliar no desenvolvimento de teorias históricas; unificar o direito em vigor (Soleil, 2021).

## Método

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar as características de sua unidade de análise, qual seja, a produção científica publicada na revista *Ius Commune*, do Instituto Max Planck, publicada entre 1967 e 2001. Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas técnicas bibliométricas. A pesquisa foi realizada em maio de 2021.

A exemplo de outros trabalhos na área do Direito (Pölönen; Hammarfelt, 2020; Gomes; Oddone, 2020), esta usou bibliometria. A escolha se deu porque permite mapear a produção científica doutrinária e a contribuição de um veículo por meio da caracterização de parâmetros bibliométricos (Özen, 2018; Colavizza, 2018). A pesquisa se classifica tendo abordagem quantitativa, objetivo descritivo e técnica bibliométrica (Marconi; Lakatos, 2003).

A escolha da revista *Ius Commune* deveu-se à sua importância para a História do Direito, especialmente na construção do arcabouço teórico jurídico para a unificação europeia, como justificado na seção introdutória deste artigo. A exequibilidade da

investigação se verifica em especial pela disponibilidade de toda a base de dados do repositório de acesso aberto das edições da revista *Ius Commune* no website do *Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte*. A base de dados consultada para a pesquisa foi esse repositório das edições da revista *Ius Commune* (Figura 1).

**Figura 1** Repositório da revista *Ius Commune*.



**Fonte:** <https://www.lhlt.mpg.de/bibliothek/reprints>

O recorte cronológico englobou todo o período de publicação da revista, de 1967 a 2001. O universo de pesquisa consistiu em todos os artigos publicados em todas as edições da revista.

O protocolo de coleta de dados buscou todas as informações disponíveis na base de dados: edição da revista, ano, autoria, título do artigo, número de páginas, tamanho do arquivo. Além desses, foram acrescentados: idioma do artigo, nacionalidade do autor, gênero do autor. Os dados foram tabulados em planilha MSEXcel, e as informações foram extraídas por meio de fórmulas simples disponíveis no software (Figura 2). Só o nome do primeiro autor está no site, então só ele foi tabulado, o que pode configurar uma distorção; porém, em outros trabalhos (Moura; Silva, 2015), a ocorrência de coautoria não foi relevante para a validação dos dados.

Figura 2 Banco de dados da pesquisa criado no MSExcel.

Revista	vol	ano	qt a j	qtd	Auto	Au	F/M	Pais	idioma	Tít	p.iniciz	p.fir	qtd pi	n.pág.	tamanh	bruto
Ius Commune XXVI	1999	10	2	Merio S Meric	M	italia	italiano	Diritt	165	209		45	5,76	Merio Scattola, <a href="#">Diritto medioevale e scienza politica moder</a>		
Ius Commune XXVI	1999	10	3	Thomas Thom	M	aleman	deutsch	Ein N	211	237		27	2,91	Thomas Henne, <a href="#">Ein Mythos der Richterrechtsdiskussion, Osk</a>		
Ius Commune XXVI	1999	10	9	Vincenz Vince	M	italia	latim	Incur	241	297		57	7,22	Vincenzo Colli, <a href="#">Incunabula operum Baldi de Ubaldis, in: Ius C</a>		
Ius Commune XXVI	1999	10	1	Tilman I Tilma	M	aleman	deutsch	Groti	299	328		30	2,73	Tilman Reggen, <a href="#">Grotius redvivuus. Die Notwendigkeit einer r</a>		
Ius Commune XXVI	1999	10	1	Vito Pie Vito	M	italia	italiano	A prc	329	336		8	1,03	Vito Piergiovanni, <a href="#">A proposito di alcuni recenti contributi all</a>		
Ius Commune XXVI	1999	10	1	Heiko D Heick	M	suecia	deutsch	Herrn	337	362	362	26	2,83	Heiko Droste, <a href="#">Hermann Conring und Schweden - eine vielse</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	1	Paola M Paola	F	italia	italiano	La ca	3	25		23	7,10	Paola Monacchia, <a href="#">La casa che abitamo. Riflessioni patrimo</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	1	Maria G Maria	F	italia	italiano	Su Be	27	68		42	3,91	Maria Grazia Nico Ottaviani, <a href="#">Su Baldo e Baldesch: Scavanti r</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	9	Vincenz Vince	M	italia	italiano	L' ese	69	117		49	9,34	Vincenzo Colli, <a href="#">L' esemplare di dedica e la tradizione del tes</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	1	Julius K Julius	M	italia	english	Baldi	119	214		96	10,16	Julius Kirshner, <a href="#">Baldus de Ubaldis on disinheritance: contex</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	4	Oswaldc Osva	M	italia	italiano	La "b	215	281		67	6,80	Oswaldo Cavallar, <a href="#">La "benefundata sapientia" dei periti: ferit</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	1	Joseph J Josep	M	Reino U	english	Perrr	283	297		15	1,68	Joseph Canning, <a href="#">Permanence and change in Baldus' politica</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	2	Maximi Maxir	F	aleman	deutsch	Philc	299	343		45	4,53	Maximiliane Kriechbaum, <a href="#">Philosophie und Jurisprudenz bei</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	1	Robert I Robei	M	EUA	français	Editit	345	373		29	3,12	Robert Feenstra, <a href="#">Editions lyonnaises des lectures de droit ci</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	5	Annalis Annal	F	italia	italiano	Diffu	375	406		32	3,08	Annalisa Belloni, <a href="#">Diffusione delle opere di Baldo a Padova a</a>		
Ius Commune XXVII	2000	10	9	Vincenz Vince	M	italia	italiano	Un te	407	422	422	16	1,93	Vincenzo Colli, <a href="#">Un testimone della Lectura digesti veteris all</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	1	Baber J Baber	M	aleman	deutsch	Vom	1	46		46	5,38	Baber Johansen, <a href="#">Vom Wort zum Indizienbeweis. Die Anerke</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	1	Giusepj Giuse	M	italia	italiano	Appa	47	59		13	1,57	Giuseppe Speciale, <a href="#">Apparatus: iper-testo vivo e aperto, in: I</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	1	Joost Pj Joost	M	holandc	deutsch	Rech	61	89		29	3,16	Joost Pikkemaat, <a href="#">Rechtswissenschaft zwischen Tradition un</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	2	Merio S Meric	M	italia	english	Modi	91	159		69	7,63	Merio Scattola, <a href="#">Models in history of natural law, in: Ius Comr</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	2	Laurenc Laure	F	franqa	français	La pe	161	202		42	5,91	Laurence Montazel, <a href="#">La peine privée en France et Allemagne</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	1	John W. John	M	Reino U	english	Alfer	203	232		30	3,44	John W. Cairns, <a href="#">Alfenus Varus and the Faculty of Advocates.</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	1	Per Nils Per_h	M	suecia	deutsch	Der S	233	267		35	3,82	Per Nilsén, <a href="#">Der Staatsrechtsunterricht an den schwedischen</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	1	Heikki F Heikk	M	finländi	english	On th	269	294		26	2,69	Heikki Pihlajamäki, <a href="#">On the verge of modern law? Mitigation</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	4	Oswaldc Osva	M	italia	italiano	"Ne i	297	311		15	1,74	Oswaldo Cavallar, <a href="#">"Ne ultra scarpas". Un cultore d'araldica fu</a>		
Ius Commune XXVIII	2001	10	3	Thomas Thom	M	aleman	deutsch	Verw	313	344		344	3,33	Thomas Henne, <a href="#">Verwaltungsrechtsschutz im 19. Jahrhundert</a>		
	285			163								9219	1.032,55			
	1967			10,63								317,90	30,7333	3,62		
	35			14								453	161	35,95		
	27			5								211	3	0,52		

Fonte: elaborado pelos autores.

Os indicadores bibliométricos mensurados foram: edição, autoria, páginas, artigos. Além disso, para a identificação de parâmetros como gênero, nacionalidade e instituição de ensino, foram realizadas pesquisas na internet para cada nome de autor. Verificou-se também as publicações dos diretores da revista em seu período de direção.

Após o mapeamento e a tabulação de todos os dados, foram realizadas análises quantitativas e comparativas, contagens e estatísticas simples, principalmente medidas de tendência central, e verificações de máximos e mínimos. Foram gerados gráficos a partir de tabelas dinâmicas dessas quantidades e suas variações a cada edição da revista, para melhor visualização da evolução dos parâmetros.

A contagem da frequência de ocorrências dos nomes de autores e das palavras nos títulos foi complementada pela geração de nuvens de palavras ([www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com)) (como em Feinberg, © 2014). Essa escolha se justifica para melhor visualização dos resultados, pois a nuvem de palavras mostra as expressões encontradas no conjunto de dados, usando tamanhos de letra proporcionais à frequência com que essas expressões aparecem.

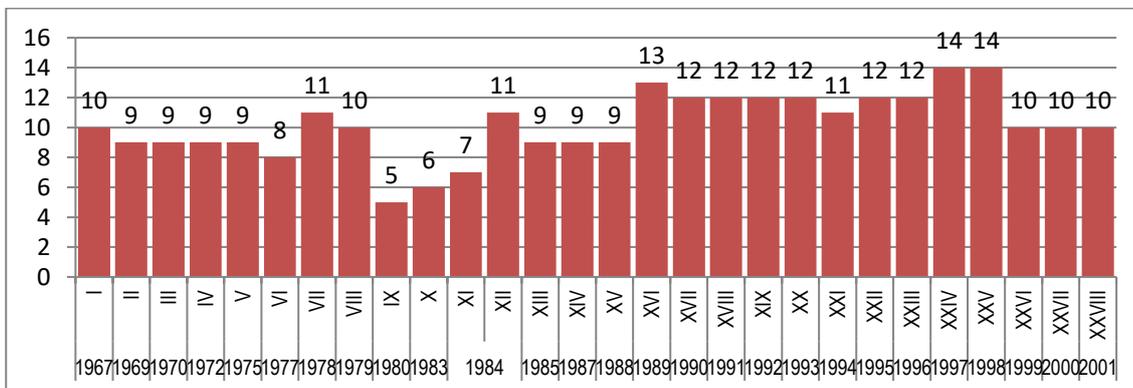
A apresentação dos resultados foi inicialmente validada em apresentação para os membros do grupo de pesquisa. Com base nas observações dos validadores, ajustes e aprimoramentos nos formatos de visualização das informações foram então realizados. A apresentação dos resultados assim validada é realizada na próxima seção deste artigo.

## Resultados

Na pesquisa realizada, foram encontradas 28 edições da revista *Ius Commune*, publicadas no período entre 1967 e 2001. A revista teve 35 anos de vigência, sendo 27 anos com edições. O ano de 1984 teve duas edições publicadas, e os anos de 1968, 1971, 1973, 1974, 1976, 1981, 1982, 1986, não tiveram edições. Desde 1987, a revista passou a ter, regularmente, edições anuais.

Foi encontrado um total de 285 artigos nas 28 edições da revista. Identifica-se uma média de cerca de 10 a 11 artigos por edição (10,63). A edição IX, de 1980, teve o mínimo de 5 artigos, e as edições XXIV, de 1997, e XXV, de 1998, tiveram o máximo de 14 artigos cada. (Figura 3).

**Figura 3** Quantidade de artigos por edição da revista *Ius Commune*.



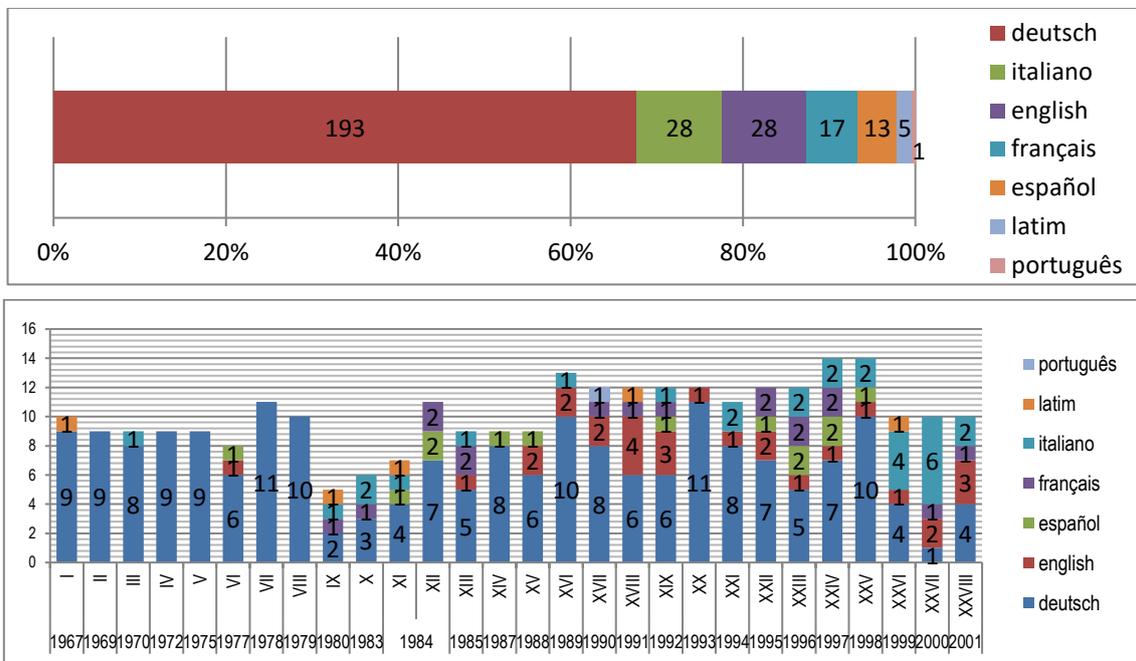
**Fonte:** coleta e análise de dados.

Foram publicadas 9.219 páginas na revista *Ius Commune*, com uma média de 317,90 páginas por edição. A maior edição (IX, de 1980) teve 453 páginas, e a menor edição (III, de 1970) teve 211 páginas. Para os 285 artigos, foi encontrada uma média de 30,75 páginas por artigo, sendo 161 páginas para o maior artigo “*El Ordenamiento de Alcalá (1348) y las glosas de Vicente Arias de Balboa*”, publicado na edição XI, de 1984, e apenas 6 páginas para os dois menores artigos, ambos publicados na edição XI, de 1984: “*Zur Datierung des Kommentars ‘De regulis iuris’ von Betrandus Metensis*” e “*Index manuscriptorum veterum Infortiati*”. Menores ainda são os “*Berichte und Mitteilungen*” (“Relatórios e Comunicações”), de apenas 3 a 9 páginas, presentes somente nas edições I a VII (de 1967 até 1978), no início da existência da revista.

Os artigos foram publicados em sete idiomas diferentes, todos europeus. A maioria dos artigos foi escrita em alemão (193), seguida por artigos em italiano e inglês (28 artigos cada idioma), francês (17 artigos), espanhol (13), latim (ao menos no título de 5 artigos) e

português (apenas 1 artigo). Até a edição VIII, de 1979, houve cinco edições que contaram somente com artigos escritos em língua alemã. A maior variedade de idiomas, cinco, foi identificada nas edições XIX (1992), XXIII (1996), XXIV (1997). (Figura 4)

**Figura 4 Idiomas dos artigos.**



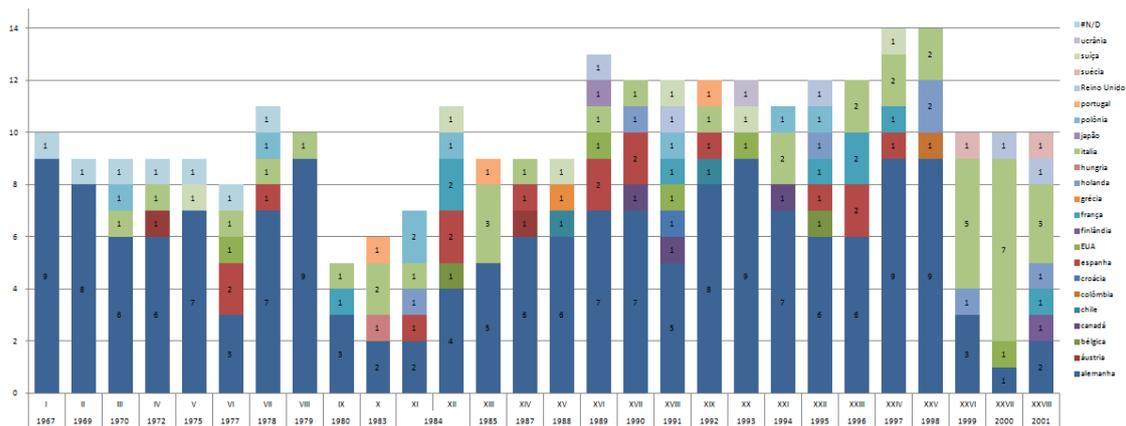
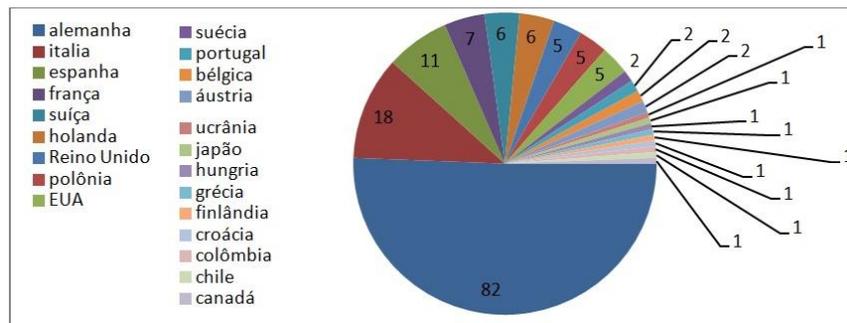
**Fonte:** coleta e análise de dados.

Os 285 artigos da revista foram escritos por um total de 163 primeiros autores. Na média, houve cerca de 10 a 11 autores por edição (10,63). A edição IX, de 1980, teve apenas o mínimo de 5 primeiros autores, e as edições XXIV, de 1997, e XXV, de 1998, tiveram o máximo de 14 primeiros autores. A nuvem de palavras ([www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com)) mostra os nomes dos primeiros autores com letras de tamanhos maiores quanto maior a quantidade de artigos publicados na revista *Ius Commune*. Os primeiros autores que mais publicaram foram Johannes-Michael Scholz, com 19 artigos, seguido de longe por Vincenzo Colli, com 9 artigos.



franceses (7), suíços e holandeses (6), britânicos, poloneses e estadunidenses (5), suecos, portugueses, belgas e austríacos (2), e apenas um primeiro autor de nacionalidades como ucraniana, japonesa, húngara, grega, finlandesa, croata, colombiana, chilena e canadense. Como se percebe, das 22 nacionalidades encontradas, a maioria dos primeiros autores é europeia (154), existindo discreta presença de primeiros autores do continente americano (apenas 8, de 4 países – dois da América do Norte e dois da América do Sul) (Figura 7).

**Figura 7** Quantidade de primeiros autores por país.



**Fonte:** coleta e análise de dados.

Quanto às publicações dos próprios diretores da revista, foram identificadas nove ocorrências: cinco de Helmut Coing (nas edições I, V, VII e VIII – nesta última, dois artigos), duas de Dieter Simon (ambas na edição XV, de 1988), e duas de Michael Stolleis, quando dividiu a direção da revista com Dieter Simon (nas edições XX, de 1993, e XXV, de 1998). O autor Walter Wilhelm também foi diretor da revista por um período, mas publicou três artigos fora desse período.

## Discussão

Os resultados apresentados mostram uma caracterização do perfil de publicações e autores que fizeram parte da revista *Ius Commune* durante todo o seu período de existência (1967-2001). Percebe-se que a revista teve início com pouca regularidade na sua periodicidade, mas que desde 1987 passou a ser efetivamente anual. Aliado a isso, a ligeira tendência de aumento no número de páginas de cada edição da revista ao longo dos anos e na quantidade de artigos publicados pode talvez indicar um aumento na sua popularidade ou interesse acadêmico.

No mesmo sentido, percebe-se a ampliação da diversidade de nacionalidades dos autores de artigos e a diversidade de idiomas em que os artigos são escritos, além de um discreto aumento da participação de autoras participantes. Considerando que as primeiras edições da revista tiveram somente artigos escritos em alemão por pesquisadores homens alemães (resultado possivelmente explicado pelo fato de o Instituto Max Planck ter sede na Alemanha), esses dados podem indicar, ao mesmo tempo, uma ampliação do alcance da revista em termos de público leitor, e uma ampliação da diversidade de abordagens e pontos de vista veiculados pela revista. Essa possibilidade enriquece o debate, em um processo retroalimentado, que permite a colaboração de pesquisadores de instituições de outros países e idiomas, que por sua vez contribuem para o periódico com novas abordagens para a discussão, que, por sua vez, pode alcançar um número maior de acadêmicos estudiosos da unificação do direito na Europa.

Em sentido inverso, algumas ausências que chamam a atenção são, por exemplo, autores de nacionalidades do leste europeu (há somente oito, de apenas quatro países). Essas nações, na maior parte do período de existência da revista, estiveram sob o domínio da União Soviética, possivelmente sem interesse na união da Europa, seja ela jurídica, acadêmica, ou outra. Vale observar que autores brasileiros também não publicaram na *Ius Commune*, embora tenham publicado na mesma época em outras revistas europeias, como os Quaderni Fiorentini (p.ex., em 1989 e 2000). Ausências de autores de outros continentes também são notadas, pois não foram encontrados autores da Ásia, nem África, nem Oceania, e só dois sul-americanos.

As ligações acadêmicas de colaboração entre alemães e italianos por volta da década de 1970 podem ser explicativas de alguns resultados, tendo em vista que autores italianos formam o segundo grupo mais numeroso de pesquisadores que publicaram na revista, somente atrás dos alemães. Também o idioma italiano aparece, assim como o inglês, em segundo lugar.

A quantidade de autores que publicou suas ideias na revista também se ampliou com o passar do tempo. Foram identificados oito autores com mais de cinco artigos publicados na revista. Infere-se que a existência de colaboradores habituais, bem como a publicação de artigos pelos próprios editores do periódico, pode indicar a formação de um direcionamento na construção do conhecimento sobre os temas fomentados pela revista, como a unificação europeia do Direito. Ao mesmo tempo, a variedade de autores eventuais, com um ou dois artigos (123), contribui, como dito, de outra forma, pois expande a diversidade de abordagens a tais temas.

Pode-se chegar a conclusões a partir dessa discussão sobre os parâmetros bibliométricos analisados como resultados desta pesquisa. Reforça-se a importância da revista *Ius Commune* para a difusão, disseminação e socialização da produção científica, em países e idiomas diferentes, para a formação de um arcabouço conceitual jurídico para a unificação europeia.

## Conclusão

Esta pesquisa alcançou seu objetivo de investigar o perfil e as características da produção científica publicada na revista *Ius Commune* (1967-2001) do Instituto Max Planck. Utilizaram-se as técnicas bibliométricas em abordagem quantitativa. O universo de pesquisa consistiu em todos os artigos publicados em todas as edições dessa revista. Os indicadores bibliométricos mensurados foram: produtividade, autores, instituições, temas, palavras-chave.

Evidenciou-se um total de 28 edições, 285 artigos, 163 autores no total, 26 autoras mulheres, 22 nacionalidades, 9 idiomas. O autor que mais publicou foi Johannes-Michael Scholz, com 19 artigos. A nacionalidade com maior número de autores na revista é alemã (83 autores), e essa diversidade demonstrou-se crescente, o que amplia o alcance e a amplitude do periódico.

Os resultados mostram um panorama do perfil da revista *Ius Commune*. Conclui-se, a partir de uma discussão sobre os resultados desta pesquisa, sobre a importância da revista *Ius Commune* para a difusão, disseminação e socialização da produção científica sobre os temas do Direito e para a formação de um arcabouço conceitual jurídico para a unificação europeia.

Esta pesquisa permitiu uma visão macro da produção científica da revista *Ius Commune*, mostrando o perfil bibliométrico dos estudos nela publicados ao longo dos seus 35 anos, o que autoriza a inferir a própria identidade da produção de conhecimento na

revista *Ius Commune*. A caracterização da revista apresentada nesta investigação oferece um panorama da importância que teve e tem a veiculação de ideias realizada na revista, para a configuração de um arcabouço teórico-jurídico de unificação do Direito na Europa.

Esta pesquisa destacou a importância da revista *Ius Commune* na História do Direito, por conta da atuação institucional do Max Planck Institute. O periódico foi e é um repositório conceituado na Europa por suas relevantes repercussões no ambiente acadêmico e na prática jurídica da fundamentação científico-jurídica da unificação do Direito na União Europeia.

A presente análise bibliométrica tem sua relevância destacada por trazer ao campo do conhecimento em História do Direito uma abordagem pioneira para a revista *Ius Commune*. As limitações da pesquisa têm relação com a escolha metodológica de operar com técnicas de abordagem quantitativa. Nesse sentido, um trabalho futuro pode ser a análise bibliográfica qualitativa de todos ou de parte dos 285 artigos encontrados nesta investigação. E outro trabalho futuro pode ser a aplicação das mesmas técnicas a outros periódicos relevantes mas pouco estudados, como *American Journal of Legal History* ou *Rechtshistorisches Journal*, do instituto Max Planck, ou os *Quaderni Fiorentini*.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se trabalhar futuramente com possibilidades de categorias de análise qualitativa, o que demandará outro desenho metodológico. Como exemplo de hipótese para tal análise, os dados podem talvez indicar a ampliação do alcance da revista em termos de público leitor, e a ampliação da diversidade de abordagens e pontos de vista veiculados pela revista. Essa possibilidade enriquece o debate, em um processo retroalimentado, que contribui para o periódico com novas abordagens para a discussão, que podem alcançar um número maior de acadêmicos estudiosos da unificação do direito na Europa.

Vale ressaltar a importância de se conhecerem os periódicos jurídicos para o progresso da ciência do Direito. A caracterização sistemática da revista contribui para a área com a formação de uma base de conhecimentos úteis, pode indicar novas oportunidades de pesquisa, e servir de orientação para estudiosos, pesquisadores, professores, estudantes e até mesmo curiosos.

#### Como citar este artigo:

##### ABNT

MALANOVICZ, Aline Vieira. Perfil bibliométrico da Revista *Ius Commune*. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, Niterói, v. 16, n. 1, p. 30-49, jan.-abr. 2024. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202416102>

##### APA

Malanovicz, A. V. (2024). Perfil bibliométrico da Revista *Ius Commune*. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, 16(1), 30-49. doi: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202416102>

#### Copyright:

Copyright © 2024 Malanovicz, A. V. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2024 Malanovicz, A. V. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

#### Editora responsável pelo processo de avaliação:

Gizlene Neder

## Referências

COLAVIZZA, Giovanni. Understanding the history of the humanities from a bibliometric perspective: expansion, conjunctures, and traditions in the last decades of Venetian historiography (1950–2013). *History of Humanities*, v. 3, n. 2, p. 377-406, 2018. <https://doi.org/10.1086/699300>

DUVE, Thomas. Literatura normativa pragmática e a produção de conhecimento normativo nos impérios ibéricos do início da Idade Moderna (Séculos XVI-XVII). *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 42, p. 3-44, abr. 2020. <https://doi.org/10.22456/0104-6594.102154>

FEINBERG, Jonathan. *Wordle*, © 2014. Wordle é uma “nuvem de palavras” gerada a partir do texto digitado pelo usuário. Disponível em: <http://www.wordle.net> Acesso em: 19 maio 2021.

GOMES, Eliane; ODDONE, Nanci. Contribuição do Portal de Periódicos da Capes para a produção científica dos pesquisadores brasileiros no campo do Direito: um estudo bibliométrico. *P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 70-87, 2020. <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p70-87>

HESPANHA, António Manuel. Form and content in early modern legal books: Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought. *Rechtsgeschichte – Legal History*, Frankfurt, v. 12, p. 12-50, 2008. <https://doi.org/10.12946/RG12%2F012-050>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Walter José Faiad; SILVA, Jonas Sales Fernandes. Produção doutrinária em Direito do Consumidor: um estudo bibliométrico da Revista de Direito do Consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 100, p. 43-57, jul.-ago. 2015. <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/96090>

MAX PLANCK INSTITUTE. *Former Journals: Ius Commune* (1967-2001). 2021. Disponível em: <https://www.lhlt.mpg.de/publications/former-journals>. Acesso em: 19 maio 2021.

ÖZEN, Hacer. Subject based bibliometric analysis: a review of information science discipline. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION MANAGEMENT AND PROCESSING (ICIMP), 2018, London. *Proceedings...* London: IEEE, 2018. p. 73-76. <https://doi.org/10.1109/ICIMP1.2018.8325844>

PACHECO, Joaquín. Prospecto. *Boletín de Jurisprudencia y Legislación*, n.1, p.1-6, 1836.

PETIT, Carlos. *Derecho por entregas: prensa y revistas en la España liberal*. Madrid: Dykinson, 2020.

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative Contexts in Legal History: are we all comparatists now? *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 36, n. 70, p. 57-76, jan. 2015. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2015v36n70p57>

PÖLÖNEN, Janne; HAMMARFELT, Björn. Historical bibliometrics using Google Scholar: the case of Roman law, 1727–2016. *Journal of Data and Information Science*, v. 5, n. 3, p. 18-32, 2020. <https://doi.org/10.2478/jdis-2020-0024>

SOLEIL, Sylvain. História comparada do direito e seus desafios metodológicos. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 47, p. 3-20, dez. 2021. <https://doi.org/10.22456/0104-6594.121033>

STOLLEIS, Michael. *Escrever História do Direito: reconstrução, narrativa ou ficção?* Tradução de Gustavo César Machado Cabral. São Paulo: Contracorrente, 2020.